

4

As táticas e estratégias da e na periferia: o papel da sociedade civil em organização e suas (geo)grafias.

Das feridas
Que a pobreza cria
Sou o pus
Sou o que de resto
Restaria aos urubus
Pus por isso mesmo
Este blusão carniça
Fiz no rosto
Este make-up pó caliça
Quis trazer assim
Nossa desgraça à luz...

Sou um punk da periferia
Sou da Freguesia do Ó
Ó! Ó Ó Ó Ó Ó Ó!
Aqui prá vocês!

Ter cabelo
Tipo índio moicano
Me apraz!
Saber que
Entraremos pelo cano
Satisfaz!
Vós tereis um padre
Prá rezar a missa
Dez minutos antes
De virar fumaça
Nós ocuparemos
A Praça da Paz...
Punk da Periferia

Gilberto Gil

O objetivo desse capítulo é apresentar o processo de origem do Fórum de Oposição e Resistência ao Shopping (FORAS) e seu crescimento, apontando sua importância para as lutas sociais da cidade. A entrada do pesquisador para esse movimento serve para reforçar a ideia de que uma pesquisa participante pode (e

deve) estimular qualquer perspectiva de modificação consciente da vida cotidiana. Esta deve conter momentos necessários para desvendamentos coletivos; assumir uma direção que permita unir o que aparentemente se apresenta como disperso; apontar discernimentos em que, como nos diz Guy Debor (2003, p.16), “o verdadeiro é um momento do falso”, num mundo em que as inversões se multiplicam. Acreditamos, por fim, que com a pesquisa participante é possível se captar a produção social do espaço em ato, e, a partir, desse entendimento, construir novas grafias para a cidade.

Enfatizaremos aqui o objetivo do FORAS, enquanto um movimento de resistência que luta contra o shopping que será construído no centro de Duque de Caxias e que, possivelmente, ocasionará grandes impactos urbanísticos, sociais, ambientais e de vizinhança, como apontamos no capítulo 2. Esse grupo, composto majoritariamente por ativistas, orienta suas ações contra a criação desse grande empreendimento, que advém de uma ordem distante. A construção do shopping acarretará uma alteração no vivido do lugar, a valorização do solo no seu entorno e, por sua vez, o encarecimento do mesmo, mudanças no microclima e alterações no trânsito - gerando um desconforto para a população do entorno.

O FORAS é uma entidade criada, a partir, da eminência da construção do Central Park Shopping. Alguns grupos ligados à escola municipal Dra. Armanda Álvaro Alberto, também conhecida como “Mate com Angu” e um outro grupo ligado à Igreja Católica, que se reuniram por “coincidência”¹ na igreja. A militante H relatou em uma conversa comigo que:

“O encontro foi acidental. O S.R. divulgou para além das lideranças religiosas uma reunião que aconteceria na Igreja Católica. Acabou que descobrimos o equívoco mais o M.B. negociou para que nos organizamos em grupos distintos. E que após as suas discursões se uniriam para apresentar os seus encaminhamentos já que o tema era o mesmo: o famigerado shopping. E assim o fizemos. Também foi proposta do M. o nome do fórum”.

A partir desse encontro, começou-se a refletir sobre como esse projeto poderia alterar a dinâmica do lugar e quais seriam os impactos sofridos diretamente pela escola e pela catedral. Cabe ressaltar que, naquele momento, eu (o pesquisador) ainda não participava do movimento.

¹ Coincidência entre aspas, pois a Catedral de Santo Antônio sempre se dispôs a ceder espaço para os movimentos sociais do município. E a mesma sendo alvo do empreendimento acabou se tornando um espaço para que essa coincidência tivesse ocorrido.

Ali nascia o FORAS, que com o passar do tempo foi agregando diversas outras entidades, sendo então composto por trinta e cinco entidades envolvidas na luta. A militante H durante nossa conversa relatou que:

“As primeiras instituições estavam na briga pela proteção da escola junto com o CEPEMHed². Eles foram incorporados ao FORAS e depois as pessoas e instituições foram se chegando na medida em que o bicho ia pegando. Quando aconteceu o segundo corte das árvores recebemos uma leva enorme de ativistas culturais. Nos seminários outras instituições foram se somando e por último tivemos o debate que aglutinou outras instituições”.

A preservação da natureza e do meio ambiente são pautados pelo FORAS, pois a área em questão era a última área verde do centro de Duque de Caxias, e que possui raízes indígenas, quilombolas e sambaqui. Tudo isso está sendo apagado por medidas vinda dos empreendedores e tendo como aliada a prefeitura de Duque de Caxias. A Secretaria de Meio Ambiente autorizou o corte de 167 árvores, mesmo com as várias tentativas dos movimentos organizados em impedir – pois serão os principais afetados com a construção desse Shopping.

Outro objetivo do FORAS é tornar-se um espaço agregador para todos os movimentos sociais do município para que, a partir desse fórum, sejam criadas agendas de lutas unificadas para Duque de Caxias. As instituições que compõem o FORAS são de diversas frentes de lutas e que tem suas particularidades, mas se uniram e universalizaram suas lutas, indo contra a construção do shopping. No entanto, não podemos romantizar a realidade. Existem conflitos internos dentro do FORAS, como, por exemplo, a entidade MUB (Federação Municipal das Associações de Moradores de Duque de Caxias) que gera uma certa desconfiança dentro do movimento pelo fato de estar, em alguns momentos, bem próximos do governo municipal e, ao mesmo tempo, querer disputar protagonismo com outro movimento de luta por moradias o MNLN (Movimento Nacional de Luta pela Moradia). Durante reunião no dia 04/02/2017 um militante do MUB alegou que outros movimentos não representam a luta pela moradia em Caxias, apenas eles. Outra polêmica seria com os “buro-tecnocratas” uma das entidades integrantes do FORAS, que tem por característica sempre dialogar com quem seja o governo. Em alguns momentos, aparentam querer ser o representante oficial da sociedade civil, gerando assim tensionamentos com outros integrantes do FORAS. Essa entidade tem alguns problemas, como por exemplo, seu

² Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação de Duque de Caxias e Baixada Fluminense

financiamento que tem como origem grupos de financiadores internacionais, o que a coloca como detentora de um determinado poder financeiro no movimento e certa influência para adentrar em espaços que o FORAS, *a priori* não conseguiria, mas em muitos momentos apoiou e construiu lutas junto ao FORAS. Podemos pensar que enquanto o FORAS usa da tática, e os Governos das estratégias, essa entidade aparentar ser um intermédio entre ambos.

Minha aproximação com o movimento, deu-se pelo fato do FORAS ter uma característica de superação do chamado particularismo militante, agregando diversas entidades com características distintas. Algumas ligadas à cultura, como o “Mate com Angu”; o SEPE representando à educação, grupos de lutas pela moradia (MUB, MLB e MNLM), pelo meio ambiente, militantes que se defrontam com a questão de gênero, movimentos estudantis (AERJ e RUA) e sindicatos, levando a transcendência de lutas particulares, focando em pautas universais para à cidade.

Eu, como morador da cidade, desde meu nascimento, tendo estudado sempre em escolas localizadas no município, trabalhando na cidade e a própria militância política começando na cidade, me vi na obrigação de tentar somar forças ao movimento.

Ao entrar no FORAS, minha pesquisa teve uma mudança qualitativa. Acabei por me tornar tanto sujeito como objeto da pesquisa, buscando envolver aquele que pesquisa e aquele que é pesquisado no estudo do problema a ser superado. Assim, me filio a perspectiva colocada por Gonçalves, para quem:

(...) se um pesquisador não tem consciência de seu lugar, de sua classe, de seus valores, isto é, das diferenças em jogo, jamais compreenderá a realidade a que está debruçado, demonstrando inversamente um deslumbramento especulativo longe do real. (GONÇALVES, 2006, p.56)

Em muitos momentos me vi como um leigo que buscava o aprendizado. O conhecimento acaba sendo produzido dentro de práticas comunitárias, assim como as possíveis soluções para o movimento.

Neste sentido, defendo que a pesquisa participante aparece como o método que melhor se adequa às inquietações postas nesta breve trajetória, pois busca perceber a produção social do espaço em ato, o que Gonçalves (Op. Cit.) chama de estar no olho do furacão. Deste modo, buscamos também contestar a legitimidade do poder vigente, se propondo a unir o que está disperso, o sujeito e o objeto, produção do espaço e a prática social, teoria e prática. A pesquisa reconhece que há uma estreita relação entre as ciências sociais e as intervenções

na realidade. Isso leva a pensar que a ciência não deva ter um fim em si mesma, mas deva servir como um suporte na construção do conhecimento do cotidiano (embora, estejamos aqui nos opondo a determinados pragmatismos).

O modo dialético de abordagem, contextualiza o sujeito e sua realidade a partir de uma dimensão espacial, colocando assim a ciência como um instrumento de questionamento e do conhecimento cotidiano, sobretudo, apontando para a produção das contradições internas dos processos sociais. É necessário colocar o conhecimento em alguma ação transformadora a qual a pesquisa participante busca potencializar, sendo esta a sua especificidade. Uma pesquisa que não fica refém da ilusão da imparcialidade, da neutralidade. Gonçalves(2006), oportunamente, nos apresenta a crítica à neutralidade apontando que ela:

(...) se impõe pela força até mesmo quando visível seu partido. Ou melhor, a imparcialidade (a neutralidade) é um instrumento de um partido (uma classe social) que é legitimada pelo uso da força. Poder ideológico, mito que põe aos seus pés a verdade, no entanto, a neutralidade, assim como a igualdade civil, é fruto da lógica da equivalência capitalista. Não há culpados nem inocentes, só o capital” (GONÇALVES, 2006, p. 56).

Acreditamos que o lugar do pesquisador é, justamente, na fronteira, onde a história é escrita, ou o espaço é produzido. Então, o foco da pesquisa deve ser se rebelar, se insurgir contra uma Geografia meramente contemplativa, pois existem outras Geografias possíveis e/ou práticas espaciais possíveis. Afinal, fazemos Geografias ou somos feitos por elas?

Nos nossos encontros no FORAS partimos das necessidades emergentes do (nosso) movimento, destacando suas potencialidades e incentivando a sua autonomia, para que assim, o conhecimento aponte para alguma ação transformadora. Um dos maiores desafios é falar a linguagem do movimento, evitando ser um tecnocrata detentor de todo o conhecimento³.

Em muitas reuniões foi possível perceber que existe uma certa desconfiança de militantes mais antigos para com os militantes que estão ou

³ Na pesquisa participante, necessário se faz a aprovação do movimento para se iniciar a pesquisa e procurar sempre deixar o movimento esclarecido sobre o que está sendo proposto. O FORAS, inicialmente, para mim, foi uma descoberta. Em seguida me senti incorporado em suas discussões. Em alguns momentos tenho de transitar entre o pesquisador e o militante (por essa razão, doravante uso a primeira pessoa do plural). De qualquer modo, os encaminhamentos seguintes buscam a síntese entre estes. São momentos que não estão vinculados à mera identificação com o grupo, pois, considero mesmo que **sou** do FORAS; **estou** no FORAS. A implicação mais significativa disto é apelo geográfico que se explicita. O **ser social** no primeiro caso e **a posição** no segundo caso. E, agora, acrescentamos os **espaços** do município, onde o FORAS atua. Ganha força sua singularidade, mas não se perde vista a sua particularidade (pois está dentro de um movimento plural) e a sua universalidade, representada por suas reivindicações, em especial, a luta contra as injustas intervenções urbanísticas recentes, como já adiantamos e detalharemos mais à frente.

passaram por universidades. Fazem questão de declarar essa desconfiança. Consideram os acadêmicos (termo utilizado pelo militante P como soberbos, enfatizando que já milita a décadas). Nesta ocasião, a provocação foi respondida com todo cuidado por um professor do IPPUR, para quem, “devido a conjuntura política nacional dos últimos anos, hoje, conseguimos ter militantes também nas universidades e é de extrema importância a convergência dos conhecimentos teóricos e práticos”. Um breve silêncio seguiu-se e voltamos ao debate inicial da reunião.

A horizontalidade é uma regra nas reuniões do FORAS, tentando assim, cada vez mais, agregar as entidades parceiras, novas entidades e pessoas (independentes). As redes sociais têm um papel superimportante na mobilização e comunicação intra e extra FORAS. Existem problemas na participação, pois muitos movimentos só aparecem nas reuniões trazendo questões próprias e quando a questão é resolvida, ou se esgota o movimento, estes grupos somem novamente das reuniões. Posso destacar os movimentos mais ativos nas reuniões como o FAP-BG, RUA, GUÁDA-VIDA, SOS JARDIM GRAMACHO e o IPPUR. Cabe lembrar que as reuniões, quase sempre, acontecem na sede do SEPE-Caxias. Dentro das reuniões, as discussões não se limitam apenas à questão do shopping. Devido ao grande número de entidades e suas múltiplas demandas, as reuniões acabam discutindo diversos assuntos pertinentes à cidade, mas que acabam sendo discutidas por todo o coletivo.

O FORAS tem promovido ações políticas para a “derrubada” desse grande empreendimento, cujo objetivo é, ao que tudo indica, beneficiar os grandes empresários - que irão lucrar com o mesmo, diferente da população que, em sua maioria, fica presa ao senso comum e aceita como discurso único o fato desse empreendimento ser um grande gerador de empregos. Essas instituições, no entanto, sabem bem, que vai muito além disso. Pois, essa construção não preserva o meio ambiente, causará transtornos sociais, urbanos e de mobilidade na área central do município e olharam no FORAS o espaço para construir essa luta. O FORAS, acredita que esse empreendimento afasta as pessoas de alcançarem um verdadeiro direito à cidade. A importância dessa luta é reforçada por Harvey (2006):

Se o direito à cidade é um grito e uma exigência, então este grito só é escutado e esta exigência somente possui força se há um espaço a partir do qual e no qual este grito é audível e esta exigência, visível. No espaço público – na esquina das ruas ou nos parques, nas ruas ao longo dos tumultos e manifestações – as organizações políticas podem se representar para uma população mais ampla e essa representação confere aos gritos

e demandas alguma força. Ao reivindicar o espaço público, ao criar espaços públicos, os grupos sociais tornam-se eles próprios públicos (HARVEY, 2006, p. 36).

Nossas táticas de luta se dão de duas maneiras. Uma delas é o confronto com o Estado em suas múltiplas instâncias (conselhos da cidade e ações judiciais). A outra, é focada no ganho de consciência da população, propondo discussões sobre diversos temas caros à sociedade caxiense, como por exemplo, o Plano Diretor da cidade, debates com candidatos do município em seminários sobre os impactos do shopping para a cidade e diversas intervenções culturais por toda a cidade. Intervenções essas que são decididas pelo coletivo nas reuniões, e, colocadas em prática dentro dos diferentes movimentos, como festivais culturais, cineclubes, intervenções em muros pela cidade.

Outra ideia interessante foi a produção de um jogo de tabuleiro para ser utilizado por professores nas escolas de Duque de Caxias, explicando o problema do shopping, onde os alunos criariam novas propostas para o espaço que projetam o empreendimento, e também, um gibi que conta a história da professora Armada e sua atuação na escola, tentando fazer um resgate histórico da importância desta instituição e no fim colocando o conflito shopping x escola. Estes gibis, foram elaborados para serem distribuídos em todas as escolas públicas do município, mas também para a sociedade como um todo. Ambos foram elaborados por movimentos culturais e de juventude que compõem o FORAS. Pelo fato de sermos composto por muitas entidades, nossas denúncias e apelos conseguem alcançar uma boa parte da cidade. Tentamos, dentro de nossas limitações, ocupar todos os espaços.

O conselho de Cidades de Duque de Caxias⁴ é um espaço institucional, onde nós, do FORAS, atuamos como membros da sociedade civil. O IPPUR se apresenta como um parceiro muito importante do movimento. Pois, demonstra interesse nas demandas do município e, por sua vez, tem oferecido suporte técnico aos diversos movimentos sociais.

⁴ O Conselho das Cidades é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa que integra a estrutura do Ministério das Cidades e sua criação foi regulamentada a partir do 2004 com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU.

Um dos seus objetivos é viabilizar o debate em torno das políticas urbanas (incluindo aí a política habitacional, política de mobilidade urbana, política de saneamento ambiental) e é composto por diversos segmentos da sociedade (Ong's, movimentos populares, entidades profissionais, acadêmicas e sindicais) e do poder público, permitindo, desta forma, a participação da sociedade civil no processo de tomada de decisões sobre as políticas executadas pelo Ministério das Cidades nas áreas de habitação, mobilidade urbana e transporte, saneamento ambiental e planejamento territorial.

Fonte: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/products/concidade-parintins-am/>

Uma de suas pautas também é a preservação da Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto (“Mate com Anjo”). A escola tem um notório histórico na cidade, sendo ela uma das primeiras escolas da região. A primeira a ter a ideia de servir merenda aos alunos, que inovava na forma de ensinar, prestava assistência às famílias, tendo assim, certa influência sobre o desenvolvimento da cidade.

Em um depoimento para o FORAS, o ex-aluno da escola mate com anjo, o senhor Manoel Humberto Teixeira dos Ramos, relatou o seguinte:

Fui aluno da dona Armanda e na escola todo mundo se alimentava bem, os comerciantes locais enviavam comida para escola, (apontando, desse modo, um sentimento de pertencimento construído entre comunidade e a escola). (...) A dona Armanda explicava a importância de nunca cortar essas árvores, pois elas nos davam alimentos.

Humberto relatou que existiam muitos pés de algodão na área e que uma das lembranças mais bonitas de sua vida se deu ali, pois na época da colheita o algodão era levado pelo vento e embelezava Caxias.

Essas práticas e, provavelmente, algumas outras, demonstra-nos como a Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto se tornou referência na história da educação do Brasil, sendo conhecida nacionalmente e fora do país. Existe um movimento composto por moradores da cidade, estudantes e professores que, há quase dez anos, lutam pela preservação da escola, que é um patrimônio da cidade.

Entretanto, a escola está no entorno do local que será construído o shopping, a qual poderá ser ameaçada por essa construção. Mediante esse fator, várias instituições pertencentes ao FORAS se uniram para a retomada de mobilizações que tem por objetivo o tombamento⁵ da escola. Medidas foram tomadas para a preservação da escola e entre elas, foi entregue à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo o requerimento com dezenas de assinaturas, solicitando o tombamento da Escola Dr. Álvaro Alberto pela prefeitura. Isto é, demanda-se um decreto municipal garantindo a proteção e preservação da escola, o qual pela lei municipal teria 105 dias para ser concluído e encaminhado ao prefeito para decretar o tombamento definitivo, mas que só ocorreu no dia 28 de dezembro de 2016, no final do mandato.

O que se pode perceber são as intencionalidades por trás do descaso das autoridades de Duque de Caxias, pois toda Lei de Tombamento, acaba

⁵ Mesmo com toda polêmica que existe sobre a questão dos tombamentos, para o FORAS, o tombamento da escola tem um cunho tático na luta contra o shopping e ao mesmo tempo, não iria interferir de modo negativo na vida dos moradores, por se tratar de uma escola pública, com um destaque maior ao valor de uso.

estendendo a proteção do entorno em volta do bem a ser tombado. Logo, a área não pode sofrer intervenções sem estudos e autorização das autoridades competentes. Cabe acrescentar ainda que a Lei Municipal, nº 2300/2009, de Duque de Caxias garante a proteção de um entorno a serem estipulados entre 50 e 500 metros. Diante dessa questão, os representantes do poder público, tiveram como proposta, votada e aprovada no Conselho Municipal de Cultura, que só se daria continuidade ao processo de tombamento após modificar a lei municipal de tombamento, retirando o artigo que garante uma área de proteção no entorno da escola. Até o momento, essa investigação parece apontar que os mandatários do poder se mantém aliado aos detentores do capital.

Podemos salientar ainda que, a partir das atitudes tomadas pelas autoridades de Duque de Caxias, que não é com os benefícios gerados para o morador do município que os mesmos estão preocupados, e sim com os grandes empresários, os quais irão gerar lucros e investimentos que serão destinados para os cofres públicos. Certamente, os verdadeiros beneficiários destas intervenções urbanísticas serão os grupos capitalistas, detentores do poder político e econômico. Todavia, aumento de receitas não significa melhorias sobre as condições de vida da população. Se faz necessário apontar que o município de Duque de Caxias está entre aqueles que auferem as maiores arrecadações do Estado.

As lutas por nós encampadas acabam por denunciar uma produção social do espaço em ato, na medida em que vemos os processos, e suas respectivas contradições, se dando a todo o momento, mas também são momentos em que se revelam relações sociais desiguais, as quais ensejam conflitos e tensões. Apontam ainda para possibilidades de insurgências. No caso do shopping, em especial, podemos apontar o momento do corte das árvores, para tentar expor essas contradições e o próprio papel do governo nesse conflito.

O corte das árvores começou a ocorrer na calada da noite, na madrugada do dia 06 de julho de 2014, curiosamente, o último dia da semana de meio ambiente do município. Semana essa que, entre seus patrocinadores, estava a empresa ABL, mais uma vez, reforçando essa ligação de governo e poder privado. Conseguimos barrar essa investida da empresa, devido à mobilização rápida do FORAS, que levou militantes, conselheiros da cidade, sindicatos e dois vereadores ao local. Esse episódio, literalmente, se tornou com caso de polícia, como pode ser visto na figura 22.

Corte de árvores vira caso de polícia em Duque de Caxias



■ Mesmo após ter pr
tido suspender a dev
ção de área verde no
tro de Caxias enqu
procedimentos legais
fossem observados, c
retário de Meio Amb
te de Duque de Ca
Luiz Renato Vergara,
tou atrás e ordenou o c
das 167 árvores existe
no local. Vereadores a
naram a polícia, que ir
rompeu o desmatame
PÁGINA 4

Abaixo-assina pedirá exoneraç de secretário

■ Organizações e ent
eles civis estão se mo
zando pelas redes so
para iniciar campanha
dindo ao prefeito, Ale

Figura 22: Reportagem de jornal retratando o conflito pelas árvores

Fonte: *Jornal O municipal*. Retirado do site foras.com.br 20/06/2016

Por volta das 13 horas, chegou ao local o Secretário municipal de meio ambiente Luiz Renato Vergara, que após uma discussão acalorada com os presentes, (dez árvores já havia sido cortadas) concordou em suspender o corte das árvores até quarta-feira, dia 11, quando receberia às 14 horas, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento (SMMAAA), o FORAS. Também se daria a formação de uma comissão de vereadores para exame dos documentos referentes ao empreendimento, os quais ainda não tinham sido apresentados à sociedade civil.

Durante a reunião, na secretária de meio ambiente o FORAS junto à conselheira municipal de meio ambiente Cleonice Puggian e uma comissão de vereadores, composta por Cláudio Thomaz (PRTB) e Marcos Tavares (PSDC), argumentaram que até aquela data os documentos e estudos referentes ao projeto não haviam sido disponibilizados para a sociedade civil em organização, para o FORAS, para o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Duque de Caxias (CONDEMA) e para a Câmara Municipal. Apesar de todos os ofícios protocolados desde fevereiro, dos atos públicos e de solicitação de audiências com o prefeito e o secretário de planejamento Luís Edmundo (que deram

continuidade ao processo iniciado no governo Zito). O Secretário de Meio Ambiente Luís Renato Vergara pediu desculpas ao FORAS por não ter comunicado a emissão da licença e colocou o processo de licenciamento sobre a mesa (faltando dois estudos, inclusive o da supressão vegetal, que ele havia encaminhado à Procuradoria do Município, provavelmente pelos questionamentos feitos). Pudemos ver, folheando as páginas do processo, que o Ministério Público Federal (MPF), a partir da representação que o FORAS deu entrada, já está solicitando os estudos e pedindo esclarecimentos à prefeitura.

O Secretário se comprometeu em entregar cópia de todos os documentos e estudos do processo no dia 26/06/2014, 5ª feira, para o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e para a Câmara Municipal. Também deu um prazo de 20 dias para que o Conselho, o FORAS e a Câmara analisassem os referidos documentos e estudos. Neste período, após conversa com a ABL Shopping, estaria suspenso o corte de árvores. Ressalte-se que, esta reunião, foi a primeira com o executivo municipal desde o primeiro ofício, encaminhado em fevereiro pelo FORAS ao prefeito e secretários envolvidos com o caso.

Mas, infelizmente, tomamos conhecimento, para nossa surpresa, na manhã de segunda-feira, 16/06/2014, de um e-mail com a seguinte frase “SOCORRO, ESTÃO CORTANDO AS ÁRVORES AGORA”. Foi um dia intenso. Membros do FORAS e outras instituições já citadas aqui, além do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias (SINDIPETRO-Caxias) e da comissão de vereadores precisaram se mobilizar rapidamente. O grupo precisou se dividir, pois tínhamos uma apresentação marcada no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ para expor o conflito envolvendo o caso (sobre essa reunião com o IPPUR, quero destacar o relato de uma militante: “Saímos hoje da reunião no IPPUR com a sensação deliciosa de que não somos loucos. Ou pelo menos, se o somos, os profissionais do IPPUR também o são”).

O segundo grupo foi junto com o vereador Marcos Tavares para a delegacia, onde conseguiram documento para parar o corte de árvores. Às 16h nova denúncia: o corte de árvores havia se reiniciado. Árvores estavam sendo cortadas do outro lado do terreno. Ocorreu nova ida à delegacia, reunião de documentos e expedição de novo documento com pedido de perícia. Paralelamente, o FORAS, também deu entrada em uma medida cautelar pedindo a interrupção do corte de árvores e obras. Felizmente, o corte foi temporariamente interrompido. Foram instaladas câmeras de vigilância 24h, transmitindo em tempo real pelo site do FORAS, para que todos pudessem visualizar se estivesse ocorrendo um novo corte de árvores.

A luta contra o corte das árvores perdurou por quase um ano, até que foi derrubada a última árvore. É possível ouvir o choro dos pássaros após a queda das árvores. Esse episódio faz lembrar o poema de Damião Ramos Cavalcanti:

Pássaros que Choram

Os pássaros,
Quando veem
Os homens derrubando árvores,
Choram;
Quando espiam
O fogo queimando a mata,
Morrem.
São dores maiores
Do que seus corações.
Como estrelas
Rápidas cadentes,
Caem dos galhos,
Em ventos ardentes,
Com asas, sem voo,
Rolando no chão.
E todos são pássaros,
Com bicos e plumas,
Esquisitos, cantando
Preces que oram,
Muito mais do que aves,
São vida das árvores,
Pássaros que choram.

Mesmo sofrendo essa derrota, durante o processo, o movimento conseguiu se consolidar como um espaço agregador de lutas para o município. Muitas lutas já foram incorporadas pelo FORAS e continuam sendo acrescentadas outras iniciativas. Entre elas, estão as panfletagens feitas na cidade, audiências públicas, participação em programas de rádio, lutas jurídicas, estudos técnicos e a mobilização da comunidade. Algumas intervenções ficaram registradas na área como podem ser vistas nas figuras 23 e 24.



Figura 23: Intervenções contra o Shopping no Centro de Caxias.
Fonte: site foras.com.br acesso em 11/05/2015



Figura 24: Ato público contra o corte das árvores
 Fonte: *Foras.com.br* Acesso: 20/05/2015

Notamos, assim, que a própria paisagem destaca a disputa e é a partir de forte mobilização política, que a construção do shopping poderá ser impedida, pois se não fossem essas medidas, tomadas pelo FORAS, contra esse projeto que atinge ao morador, ao cidadão de Duque de Caxias e que serve aos grandes empresários, o andamento da construção desse shopping já teria sido iniciado.

Nossa atuação, elevou o patamar do movimento que, hoje, atua em diversas lutas por toda a cidade. Podemos destacar entre eles: a questão do Plano Diretor Municipal, o Plano Diretor de Mobilidade, o Plano de Saneamento Básico, a luta contra a instalação da fábrica da Coca-Cola – e, conseqüentemente, a preservação do Parque da Taquara - e a luta por moradia de famílias que estão sendo removidas pela empresa que faz a gestão da rodovia Washington Luiz (CONCER).

Na área da educação estamos finalizando a publicação do livro da Dra. Armanda Álvaro Alberto, visando um resgate da memória da criadora da escola “Mate com Angu” e também a publicação do livro, “Duque de Caxias seu território e sua gente”, que estava travado dentro da secretária de educação há anos. Nosso movimento vem crescendo e sendo alimentado pela pluralidade de demandas, esperando a desejada (mesmo que ainda num nível talvez utópico, mas permanentemente necessária) revolução da vida cotidiana.

Um momento interessante, foi quando o FORAS decidiu organizar um debate entre os candidatos a prefeito do município, pois o FORAS enxergou como um momento crucial para os movimentos sociais. Esse debate contou com a presença de quase todos os candidatos, Zito (PP), Áureo (solidariedade), Zé

Claudio (PSOL), Florinda (PSTU), Prof. Gutemberg (PCO) e Samuel Maia (REDE). O candidato Dica (PTN) não compareceu, pois a OAB, já havia marcado o debate individual nesse mesmo dia. O mesmo enviou um representante que acabou gerando uma grande confusão com o candidato Zito que ameaçou ir embora se o representante assumisse o lugar do candidato. O candidato Washington Reis não respondeu aos convites, já demonstrando que não estava disposto a dialogar com a sociedade civil. Justo Washington Reis, veio a se tornar o novo prefeito de Caxias. O debate ocorreu na UERJ-FEBF, e teve grande repercussão. Além do debate estar lotado, não apenas de militantes, mas de cidadãos comuns, a página O Caxiense transmitiu ao vivo pelo *facebook*, obtendo mais de 20 mil visualizações.

Foi um momento importante, pois os diversos movimentos criaram cartas de compromisso para que os candidatos assinassem na frente de todos e ao vivo para as redes. A unidade entre os movimentos também saiu fortalecida, mesmo que com pautas específicas. Cada vez mais, fica mais claro que essas pautas específicas se cruzam em muitos momentos e a força que o movimento unido tem na hora de pressionar o governo. O próprio debate já mostrou isso para os candidatos. Uma sociedade civil em organização é que estava se apresentando ali, mostrando suas propostas e demandas para o município para os candidatos que ali estavam.

O desvanecimento do Estado é necessário para o fortalecimento da sociedade civil, mas para isso deve-se aprender como enfrentar esse Estado. Uma grande polêmica dentro das lutas é a questão de método de luta – táticas e estratégias. Debate-se se a luta é sempre por fora do Estado ou se é possível atuar por dentro dele em lutas institucionais.

As lutas institucionais acabam sendo vistas com certa desconfiança pelos movimentos sociais, pelo caráter de cooptação que o Estado possui e o quanto uma luta por dentro do Estado pode ser imobilizante jogando um “balde de água fria” em mobilizações externas. Como aponta Edna Castro:

(...) de certa forma, essas observações nos mostram o grau de institucionalização de dispositivos de participação, na expectativa do planejamento se aproximar da experiência social do outro mas, como sabemos, com práticas bastante frequentes de captura por instituições (CASTRO, 2014, p.102).

O desafio é compreender os limites e vantagens de tais lutas. Por exemplo, o FORAS sempre teve muita dificuldade no acesso aos documentos na prefeitura

de Duque de Caxias referentes a construção do shopping, mesmo existindo uma lei que obrigue o acesso a esses documentos. Durante a Gestão do prefeito Alexandre Cardoso (2012 – 2016) um ativista cultural da cidade e apoiador da luta do FORAS foi convidado a assumir o cargo de subsecretário de cultura do município. Com isso, o movimento teve portas abertas para discutir dentro de um órgão da prefeitura sobre os processos. A luta não pode se restringir apenas ao institucional, mas em muitos casos ela é importante. É necessário, porém, sempre ficar atento as limitações destas instituições e suas estratégias nesses espaços, tem que se pensar táticas, como nos lembra Michel de Certeau (1998):

Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe oferece a condição de autonomia. Tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha... Dentro do campo de visão do inimigo como dizia Von Bullow, e no espaço por ele controlado (CERTEAU, 1998, p.100).

O FORAS é movido pela tática, enquanto o governo é movido pela estratégia. Dentro desta esfera de luta, o espaço é totalmente dominado por uma instituição, que dita regras e tem a capacidade de imobilizar qualquer ação que possa ir contra suas intenções. Nessa luta é necessário ser criativo e astuto, afinal “a tática é arte do fraco” como lembra ainda CERTEAU (op. Cit.). Deve sempre se avaliar se os avanços conseguidos dentro da luta por dentro das instituições estatais, não fariam lutas por fora do aparelho estatal recuarem. É necessário procurar uma complementariedade das lutas. O ataque em diversas frentes é importante, um tipo de luta não pode substituir o outro. Para Souza (2010, p.26): “a luta institucional não substitui, em hipótese alguma, a ação direta; no fundo, *subordina-se a ela*, assim como a tática se subordina à estratégia, e não o contrário”.

Nossa luta se utiliza também de táticas com lutas institucionais e jurídicas, como por exemplo, a luta pelo tombamento da escola “mate com angü”⁶. Visando uma estratégia que daria uma maior força na luta contra a construção do shopping. Michel de Certeau chama de estratégia:

(...)o cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer

⁶ “Mate com Angü é o apelido de uma escola que funciona no centro de Caxias e que hoje faz parte da rede municipal em parceria com a Igreja Metodista, atendendo pelo nome de Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto. Para entender a força do nome e do símbolo é preciso remeter à figura de Armanda Álvaro Alberto, uma das mulheres mais incríveis que viveram no país no século passado.

e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição, científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.) (CERTEAU, 1998, p.99).

O tombamento da escola, pela lei, proibiria qualquer grande modificação no entorno da obra tombada, o que provisoriamente limitaria a força do empreendimento, virando o jogo. Assim, o forte acaba se tornando o fraco e o fraco acaba se tornando o forte, mesmo que por um breve momento. Tombamento esse que foi feito nos últimos dias do governo que encerrou seu mandato no fim de 2016, mas nós já fomos comunicados que o governo seguinte tem a intenção de destombar a escola. O governo do atual prefeito Washington Reis tem um perfil de não dialogar com os movimentos sociais do município. Outro ponto que está travando a construção do shopping seria o processo jurídico pelo descumprimento da lei do plano diretor de adensamento do solo, já apontado anteriormente. A empresa ABL está agora tentando comprar mais um espaço no local, não para aumentar a edificação, mas sim para reduzir a taxa de adensamento do solo.

O espaço que a empresa quer, é o IPMDC (Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Duque de Caxias), que fica localizado ao lado do terreno já comprando pelo shopping como pode ser visualizado na figura 25. O FORAS já foi informado que a nova prefeitura planeja vender esse espaço para a empresa ABL, utilizando o argumento da crise de arrecadação que o município vem passando. Isso já se mostra a força do FORAS, pois a empresa se viu forçada a aumentar seus gastos para tentar concretizar seu empreendimento.



Figura 25: Foto de satélite da área do empreendimento

Fonte: Retirada site www.google.com/maps. Edição: Danilo Dias

As ações diretas nas ruas contra o poder do Estado, contestando determinadas decisões e situações, como o aumento dos preços das passagens no início do ano de 2013 (mas que todo início de ano ocorre a luta contra o aumento das passagens) que acabou crescendo rapidamente, culminando na chamada jornadas de julho. Esse movimento agregou as mais variadas pautas. Essa insurgência demonstra a importância da luta por fora das instituições. A rua se mostra como lugar do encontro, da festa. Essas insurgências tiveram um caráter diferente de outros movimentos no Brasil, como indica Edna Castro:

Um elemento novo é o fato de esses protestos estarem fora dos canais tradicionais de convocação pelos sindicatos e partidos políticos, enquanto movimento contra o monopólio do poder e as práticas burocráticas de controle. As ruas afirmaram o espaço público como lugar da diversidade social e criatividade (Castro, 2014, p.105).

As manifestações acabaram ocorrendo de maneiras espontâneas, sem lideranças partidárias ou governistas, que pudessem cooptar o movimento para seus projetos políticos, institucionais ou não. Assim como as lutas institucionais, é necessário se pensar em táticas e estratégias de luta. Um exemplo claro dentro das grandes manifestações foi a não preparação para o confronto com o aparelho de repressão do Estado. Fica claro que manifestações em ruas extremamente largas como a avenida presidente Vargas, no centro do Rio de Janeiro, tem que ser revistas, mesmo que a visibilidade dessa avenida seja maior o poder de dispersão também é maior. O fato da avenida ser larga e cumprida dá a capacidade de abarcar todas as pessoas, o que facilita o papel da polícia na hora da repressão. Ruas mais estreitas acabam forçando as tropas policiais a se dividirem em muitas frentes impedindo que consigam controlar mais de 1 milhão de pessoas, como no caso da manifestação do dia 21 de julho de 2013. Falo isso por experiência própria, por ser um militante ativo e defensor das ações diretas. Vivi de perto o processo que culminou nas jornadas de julho.

Outra questão para se refletir é que dentro das manifestações existia uma diversidade de pautas. Muitas delas extremamente retrógradas, como pedido de intervenção militar, a perseguição a partidos políticos. Como as insurgências não tinham o horizonte claro, a mídia teve a capacidade de desqualificar o processo com seguidos ataques. Um exemplo disso, foi a insistência da mídia em dividir os manifestantes entre vândalos e pessoas de “bem”, legitimando as manifestações, mas, ao mesmo tempo, criminalizando parte dos manifestantes mais radicais que quebravam bancos e ônibus. Problemas esses que qualquer movimento muito

amplo terá que encarar. Dentro do próprio FORAS, existem parceiros que não dialogam por divergência de meios de atuação.

Mesmo com alguns excessos o ataque às agências bancárias e ônibus são táticas com um caráter simbólico para todos aqueles que sofrem diariamente com essas empresas, e, neste momento é a hora da revanche. Certeau (1998, p.94) complementa dizendo que “Uma criança ainda rabisca e suja o livro escolar; mesmo que receba um castigo por esse crime, a criança ganha espaço, assina aí sua existência de autor”. Podemos também pensar, não apenas como autor, mas também como ator. O simples fato de uma ação ser considerada errada por ir contra uma lei, não se sustenta. David Harvey (2004, p.315) reforça a argumentação: “a formulação de regras que sempre constituiu a comunidade tem de ser posta em tensão com a violação de regras que propicia as transformações revolucionárias”. A revolta é um dos primeiros passos para a mudança e a transgressão de leis, em muitos casos, torna-se necessária. O momento da revolta, da transgressão de leis impostas pode ser necessário para que de agente o sujeito passe a ser ator.

Para reforçar a interdependência das lutas institucionais com as lutas nas ruas, cabe lembrar que foi através das lutas jurídicas que diversos manifestantes que foram presos e processados durante as jornadas de julho, inclusive o que vos escreve, conseguiram enfrentar o poder do Estado. O caso mais emblemático foi dos 23 ativistas, onde alguns chegaram a ficar no presídio de Bangu e outros foragidos. Se não fosse à luta dentro da instituição jurídica, não seria possível conseguir a liberdade para os 23 ativistas. Por isso, é preciso pensar em táticas e estratégias que possam sofrer mutações em situações e instâncias diversas. Souza (2010, p.26) fala que as contradições internas do Estado “oferecem pontos vulneráveis e potencialidades a serem eventualmente explorados pelos movimentos sociais: brechas legais, instâncias participativas oficiais, recursos públicos”. Mas ao mesmo tempo alerta que: “a luta institucional não substitui, em hipótese alguma, a ação direta; no fundo subordina-se a ela, assim como a tática se subordina à estratégia e não o contrário”.

As manifestações de 2013 acabaram perdendo o foco inicial de seu perfil. No fim de 2014 e início de 2015, os setores mais conservadores da sociedade, estimulados pela grande mídia e outros grupos políticos, acabaram se apropriando de espaço de lutas legítimas pela real democracia. Isso levanta uma questão crucial para os movimentos. Como romper com a alienação dentro da sociedade, que conseguiu mudar o caráter das manifestações, onde muitos que lutavam contra leis injustas foram taxados de criminosos, baderneiros? Como romper com

os ritmos impostos dentro da sociedade com um cotidiano programado que não permite momentos de desalienação? Uma tarefa árdua! Até porque transformar o simples em complicado é fácil. Porém, transformar o complicado em simples exige criatividade.

4.1

Criatividade contra o cotidiano programado

Paulo Netto e Carvalho (2012) entendem que o cotidiano é utilizado como fonte de exploração pelo Estado ligado ao capital. É um espaço a ser dirigido, programado e controlado. Lefebvre (1991) vê as forças capitalistas e o Estado e como os grandes responsáveis pela alienação do indivíduo em seu cotidiano. O Estado, tendo o papel de gestor da sociedade, gestão esta que tem por base o cotidiano, as forças capitalistas atuam introduzindo ações e objetos que visam transformar a vida dos indivíduos e, assim, os alienam. Para os autores Paulo Netto e Carvalho sobre a vida cotidiana:

Vista sob um certo ângulo, a vida cotidiana é em si o espaço modelado (pelo Estado e pela produção capitalista) para erigir o homem em robô: um robô capaz de consumismo dócil e voraz, de eficiência produtiva e que abdicou de sua condição de sujeito, cidadão. (2012, p. 19)

O cotidiano também pode ser analisado como o lugar da ruptura, da revanche, da desalienação como mostra Moreaux (2015):

O cotidiano, por ser programado, não deixa de apresentar mais diversidades e possibilidades de práticas do que se pensa. Percebemos todas as potencialidade inscritas no cotidiano: mesmo que este possa ser considerado como um lugar central de alienação, ele contém também condições de resistência (MOREAUX, 2015, p. 30).

Certeau (1998), por sua vez, identifica o cotidiano como o espaço propício à inventividade e à resistência, para que os indivíduos construam sua própria história, através de práticas cotidianas, que não necessariamente devem se realizar por regras e leis estabelecidas pela sociedade. Os chamados de “fracos” por Certeau se apropriam de práticas que possam levar a uma fuga da dominação exercida pelos chamados “fortes”, rejeitando o poder estabelecido, levando o indivíduo a agir de maneira independente.

Para Certeau (1998) os indivíduos escapam da dominação e das estruturas estabelecidas de poder a partir de práticas de micro resistências que

possibilitam rupturas desalienantes. Essas micro resistências se dão pelo desenvolvimento de estratégias e táticas que levam o sujeito a deixar de atuar como agente e passa atuar com ator⁷. Os indivíduos através de ações precisam criar e recriar o cotidiano, indo de encontro às regras e normas preestabelecidas. Certeau (1998) fala que são necessárias ações que quebrem com o cotidiano programado. Para ele, os indivíduos são seres criativos que não devem ser passivos à ordens impostas.

Ferreira (2015) diz que “o espaço é fundamental para buscarmos a transformação, pois se queremos algo diferente, isso significa a produção de outra configuração do espaço: para mudar a vida, precisamos mudar também o espaço em sua forma-conteúdo”. Esse Espaço que para Milton Santos (2002, p.218) “é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite a ação; um convite à ação”.

Durante algumas caminhadas pela cidade de Duque De Caxias ou simplesmente navegando por redes sociais me deparei com algumas ações que me fizeram refletir, chegando a ter aquela conhecida sensação do “ahhh”, podendo ser interpretado também com um momento de quebra do ritmo programado, um momento de reflexão, sobre a cidade e o cotidiano. Ao passar em uma Rua no Bairro Itatiaia, em Duque de Caxias, me deparei com várias faixas em diversas casas, que alertavam a população que naquela rua estava ocorrendo um grande número de assaltos. Ver figura 26:



Figura 26: Fotos de faixas criticando a falta de segurança
Fonte: Acervo pessoal do autor

⁷ Ver em Ferreira, Álvaro. **A imagem virtual transformada em paisagem e o desejo de esconder as tensões do espaço**: por que falar em agentes, atores e mobilizações?

Para minha surpresa, na mesma semana a rua ganhou um policiamento. Essa ação dos moradores, acabou chamando a atenção de diversas pessoas, levando à prefeitura ao constrangimento. Mesmo sendo uma ação que apenas cobra um ato do Estado, demonstra a organização da sociedade civil e o poder de mudança que a mesma pode ter. Se a sociedade civil se fortalece, o Estado enfraquece. A figura 27 é de uma ação que está ocorrendo em diversos lugares do Brasil. A substituição dos nomes de ruas que levam nome de indivíduos que representam a ordem vigente, como por exemplo, membros da família Marinho e, em muitos casos, ditadores do regime militar brasileiro, por nomes dos que lutaram por uma sociedade mais justa, como Vladimir Herzog, jornalista morto durante o regime militar pelo Estado brasileiro, como podemos ver na figura 27:



Figura 27: Ação contra nomes de ruas ligadas a ditadores em SP.
 Fonte: *Blog AmoralNato*⁸ Acesso: 29/11/2015

Esta ação está ligada à história da sociedade civil brasileira, onde os dominadores são lembrados e os dominados são apagados da história. Pessoas que caminham nas cidades por ruas que já conhecem e de repente podem se veem confundidos por causa de uma modificação dos nomes, acabam saindo do ritmo do cotidiano programado, possibilitando alguma reflexão.

No ano de 2015, com o aprofundamento da crise econômica mundial no Brasil, a educação foi uma das áreas mais atacadas, com diversos cortes. O momento mais emblemático foi a postura do governo de São Paulo em fechar diversas escolas, mas esta atitude não se restringiu apenas a São Paulo, Goiás

⁸ <http://amoralnato.blogspot.com.br/2012/07/sp-discute-as-ruas-da-ditadura-via.html>

foi mais um exemplo dessa atitude do Estado. Em São Paulo, escolas foram ocupadas por alunos, pegando o governo completamente despreparado para esse tipo de tática partindo dos alunos. Dentro das ocupações tudo ocorria através de práticas autogestionadas, um ensaio de uma vida em comunidade rompendo de maneira mais forte com o cotidiano. Os alunos de uma escola em Goiás, que havia sido fechada ignoraram a ação do Estado e decidiram abrir matrículas na escola, como podemos ver na Figura 28.



Figura 28: Protesto contra o fechamento de escolas em Goiânia
 Fonte: Página do Facebook *secundaristas em luta - GO*⁹ Acesso: 29/11/2015

A Figura 29 foi retirada de um canal de pegadinhas do Youtube, chamado “boom”, o qual fez uma crítica através da comédia a uma prática que se repete cotidianamente, onde ocorre o desrespeito a uma lei de vagas de estacionamento para deficientes físicos - uma lei que foi conquistada através da pressão popular por melhores condições para minorias.

⁹<https://www.facebook.com/Secundaristas-em-Luta-GO-1700458980240969/?fref=ts>



Figura 29: Ação (pegadinha) pelo direito de deficientes físicos
Fonte: Canal do youtube boom¹⁰ Acesso 29/11/2015

A brincadeira consistiu em pregar diversos papéis em todo o carro do indivíduo que parou na vaga reservada a deficientes físicos. A ideia acabou chamando a atenção de diversas pessoas e viralizou. Ação de desrespeitar esse tipo de lei não se enquadra em subversão ao Estado, mas sim ao desrespeito a uma luta histórica da sociedade civil. Não podemos também cair no erro que toda lei deve ser desrespeitada. Muitas leis existentes hoje partiram de demandas justas da sociedade, onde o Estado teve que ceder à pressão popular. Esse tipo de lei torna a sociedade mais justa, fortalecendo-a.

O FORAS também tenta desenvolver ações criativas que possam romper com o cotidiano programado para tentar conscientizar a população sobre suas lutas. A imagem 30 é inspirada em uma estratégia de marketing de alguns comércios, onde indivíduos se vestem com duas placas fazendo a propaganda de determinado negócio. O “homem sanduíche”, se localiza em lugares movimentados, nesse caso, a mensagem que a placa apresentava era, justamente, o oposto do que os transeuntes estão acostumados, como podemos ver a seguir:

¹⁰ <https://www.youtube.com/user/Boomoficial>



Figura 30: Ação contra a construção do Central Park Shopping
 Fonte: arquivo pessoal do autor

O efeito desta ação levou a população a sair do seu ritmo para descobrir do que se tratava, dando a oportunidade aos ativistas a explicarem sobre do que se tratava a luta da entidade. Um momento engraçado foi, justamente, quando um garoto junto com seus pais pergunta para uma militante “cadê o ouro?”. A militante responde “está bem ali atrás de você”. O garoto então se vira para procurar, acontece a conversa explicando o porquê daquela ação e no fim da conversa o pai fala: “lugar de fazer shopping é lá na pista, na Washington Luís, aqui não, o trânsito já é ruim. De manhã e nos horários de pico, ninguém aqui anda”. Normalmente cartazes e faixas de ativismo políticos não chamam a atenção da maioria da população, isso justamente reforça a necessidade de ações criativas dentro dos movimentos sociais. No fim da conversa o menino disse “mas eu queria o ouro” então ele ganhou um gibi produzido pelo FORAS. Esse gibi foi criado com a intenção de explicar a importância da luta, focando no público jovem, que é o grupo mais atraído por novidades, como por exemplo um shopping.



Figura 31: Capa do gibi do Foras
 Fonte: foras.com.br Acesso: 29/11/2015

O FORAS, em parceria com o Mate com angú, produziu um pequeno filme de 5 minutos explicando a luta que está ocorrendo no município. O filme foi exibido em alguns eventos culturais por todo o Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que além da exibição do vídeo em festivais, o mesmo teve milhares de visualizações no *Youtube*. Tática essa que ajudou a fazer com que mais pessoas se tornem apoiadoras da luta.

Essa ação do FORAS levanta outro debate, sobre a importância da internet, que acaba por enfraquecer a soberania da mídia tradicional, as opiniões estão em disputa dentro da rede e com a possibilidade dos indivíduos não serem apenas receptores da informação pronta carregada de intencionalidades como reforçada por Castro:

Os protestos consolidaram a importância da internet para a livre expressão e convocação as manifestações. Mas também para impedir o domínio de interpretações de fora, vindas de outros ou do governo e da mídia, pudesse ter força de apropriação e domínio de interpretações (CASTRO, 2014, p. 115).

Cada vez mais a população está abandonando a mídia tradicional e se debruçando sobre o cyber espaço, onde a condição de disputa pela informação é muito maior. Nesse momento também começamos a ser produtores de informação, não apenas receptores.

Atualmente, o FORAS, junto ao IPPUR, está organizando um curso que ocorrerá uma vez ao mês durante o ano de 2017, com a intenção de instrumentalizar a sociedade civil para a revisão do Plano Diretor Municipal, mas não se restringindo apenas a ele e sim instrumentalizar a sociedade civil para as diversas lutas que ocorrem no município. O curso trabalhará os seguintes assuntos:

1º aula: como se organiza a sociedade? (Classe, raça e território). Como se organiza o Estado?

2º aula: Economia política de Duque de Caxias

3º aula: Urbanização brasileira e história de Duque de Caxias

4º aula: Reforma Urbana e movimentos sociais de Duque de Caxias

5º aula: Conhecendo o transporte e a mobilidade urbana de Duque de Caxias

6º aula: Conhecendo o meio ambiente (e a questão da água) de Duque de Caxias

7º aula: Conhecendo a infraestrutura e serviços urbanos de Duque de Caxias

8º aula: Conhecendo o Zoneamento de Duque de Caxias

9º aula: Conhecendo o orçamento público municipal de Duque de Caxias

10º aula: Estatuto da Cidade e seus Instrumentos

11º aula: Plano Diretor de Duque de Caxias

12º aula: Duque de Caxias e Região Metropolitana

13º aula: Participação da Sociedade Civil nos Espaços Institucionais

Um professor do IPPUR na reunião também sugeriu que, caso não tenha como participar dos trabalhos do Plano Diretor Municipal, o FORAS deveria fazer um Plano Alternativo. E havendo possibilidade de participação, o FORAS tem que criar uma dinâmica de participação política, inclusive com “afrentamento”. O IPPUR é um parceiro muito importante para o FORAS, e essa aproximação resultou na proposta do próprio IPPUR de abrir um escritório no centro do município que será uma extensão para pesquisar e contribuir para com as lutas dos diversos movimentos do município.

A Luta por moradia, não teria como estar fora do FORAS. Uma luta encampada pelo FORAS, mas que não conseguimos ter os resultados desejados, foi sobre os moradores do Bairro jardim Gramacho, que foram retirados e tiveram

suas casas demolidas sobre a alegação que o terreno pertencia a CONKER, (concessionária que gera a rodovia Washington Luiz) e que ali se caracterizava uma área de risco. Dentro do FORAS levantamos a suspeita de que na verdade, a remoção se dava para abrir espaço para as obras do BRT Transbaixada que passará justamente naquele lugar. Eu diretamente conversei com o engenheiro responsável pela demolição e advogada da Conker, mas ambos negaram que seria para o BRT e sim por ser uma área de risco e de posse ilegal.

Os moradores já tinham suas casas há mais de 30 anos. Nós, do FORAS, tentamos dar um aparato jurídico através de um parceiro dentro da IBMEC, mas o mesmo falou que era um caso bem complicado, pois a sentença já estava dada. Os moradores deixaram o processo rolar por 5 anos sem tentar ir contra, pois achavam que não teriam como resistir. Tentaram se mobilizar apenas no final, quando começaram as remoções. Fizeram atos radicalizados, fechando a rodovia Washington Luiz nos momentos de *rush*, moradores foram processados pela CONKER em consequência desses protestos.

Nós do FORAS, questionamos o secretário de habitação de Caxias a se posicionar pois nenhuma indenização havia sido feita, a única promessa foi que os mesmos teriam prioridade no projeto minha casa, minha vida então pressionamos o secretário para que ao menos agilizasse o processo que havia sido prometido que os moradores só seriam removidos depois que os mesmos já estivessem alocados no projeto minha casa, minha vida. Diversos moradores já tinham perdido suas casas e alguns estavam morando de favor na casa de parentes e amigos. No fim, conseguimos agilizar e finalmente as chaves dos apartamentos foram entregues, mesmo com todos problemas, como a distância e a infraestrutura local, a maioria dos moradores ficaram satisfeitos por agora terem uma casa própria, pois muitos ainda moravam de aluguel.



Figura 32: Foto da demolição das casas
Fonte: Arquivo pessoal do Autor.

Uma crítica a ser feita, é que essa luta se resumiu aos militantes diretos do FORAS. Os movimentos de Moradia, como o MNLM e o MLB, foram comunicados e solicitamos ajuda, mas não obtivemos resposta. O MUB fez uma pequena parte na ajuda de pressionar o secretário dentro do conselho de cidade.

4.2

A cartografia do FORAS

A Partir da retomada das discussões sobre a revisão do plano diretor foi colocada a ideia que eu já vinha levantando a um tempo, do IPPUR participar da licitação para a elaboração da revisão do plano diretor. Imediatamente, surgiu o questionamento: “se o IPPUR participar e ganhar, como ficaria a atuação junto ao FORAS? Tendo em conta que o IPPUR estaria prestando um serviço à prefeitura. Levantei a questão de que era importante ocupar todos os espaços, como De Certeau fala, a tática deve ser jogada no terreno que lhe é imposto, mesmo o IPPUR, prestando serviço ao governo os canais de diálogo teriam muito mais possibilidade de estarem abertos do que com uma empresa multinacional, como vem ocorrendo com o plano diretor de mobilidade.

Para além desse debate, percebemos que esse momento de revisão do plano diretor se apresenta como uma oportunidade de aglutinar o maior número de movimentos sociais. A partir disso, decidimos mapear todos os parceiros que o FORAS, tem dentro e fora do município, na intenção de ver a distribuição espacial desses parceiros, também servindo para ajudar trazê-los para essa discussão. Para além dos atuais parceiros, começamos a mapear outros movimentos que possam contribuir nesse debate como lideranças religiosas, partidárias, associações e diversos outros tipos de movimentos. Assim, podendo aumentar a rede de parceiros do FORAS e ao mesmo tempo que esses atores possam se encontrar no mesmo espaço (inicialmente o espaço dos cursos que falamos anteriormente) e perceberem que todos tempos lutas em comum. Concomitante a isso, estamos tentando fazer um mapeamento da câmara dos vereadores para tentar encontrar alguém por possa facilitar nosso acesso a discussão do plano diretor, as perspectivas não são boas, devido a nova composição da câmara, composta por diversos milicianos.

Uma questão se apresentou, logo de imediato, na produção da cartografia dos movimentos, como pode se ver na imagem a seguir, existe uma grande concentração dos movimentos no primeiro distrito, enquanto os terceiros e quartos distritos tem pouca representação. O FORAS, colocou esse desafio de tentar

preencher esses distritos com mais movimentos. Cabe ressaltar que alguns movimentos, que tem sede no primeiro distrito, têm atuação em todo o município, um exemplo seria o SEPE.

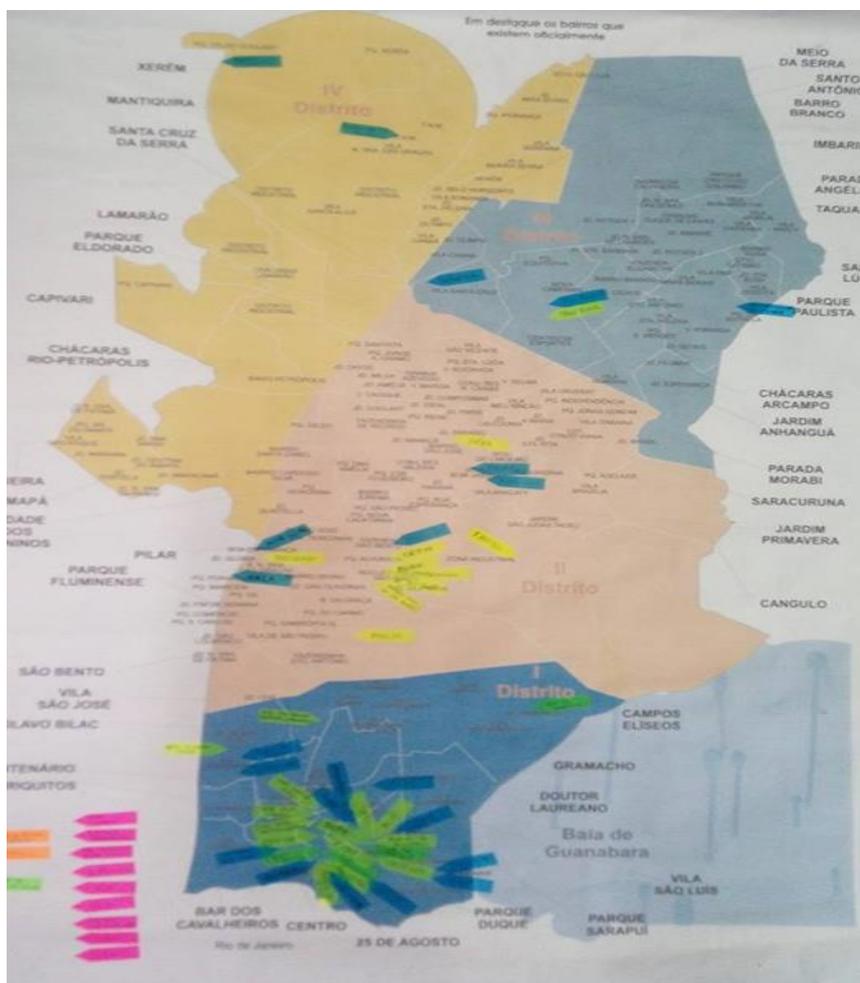


Figura 33: Mapa de Duque de Caxias apontando todos parceiros do FORAS.

Fonte: Acervo pessoal do autor.

Na figura 33, a cor amarela representa os movimentos que já compõem o FORAS. A cartografia nos ajuda a reorganizar o grupo de parceiros do FORAS. Conseguimos descobrir movimentos que não estavam mais atuando no município.

A cor azul foi utilizada para representar outros movimentos, lideranças populares e/ou religiosas. A cor rosa, fora do mapa, aponta movimentos que não sabíamos onde se localizava sua sede. É importante lembrar que diversos movimentos não possuem sede própria. O próprio FORAS se organiza na sede do Sepe, assim como outros diversos movimentos do município. Por fim, a cor laranja representa os parceiros do FORAS que tem sedes e também atuam fora do município de Caxias, como o IPPUR e a Casa Fluminense.

Para além da localização dos parceiros, também se mostrou interessante mapearmos os espaços que o FORAS teve ou tem atuação nas lutas. Com a intenção de apresentar uma cartografia das ações do próprio FORAS, apresentando suas marcas (grafias) dentro do Município.



Figura 34: Desenho indicando a localização de atuações do FORAS.

Fonte: Arquivo pessoal do autor

Essas ações evidenciam que a sociedade civil em organização está demonstrando não ficar presa ao “discurso do fim da história”, que não tem como vencer e que já está dado. A luta em organização está avançando, mais de vinte entidades estão unidas lutando pela disputa do espaço, da cidade que queremos, não uma cidade dos negócios. A construção de uma sociedade como obra e não como produto. Assim, o homem como ser social sendo também obra. Lefebvre aponta a ideia quando diz que o direito a cidade é: “como um direito inalienável à vida, pela valorização da obra e do uso, isto só é exequível através da construção de uma análise da cidade mais voltada para um novo humanismo” (1991). Ou seja, querer uma cidade como obra é querer uma cidade voltada para o uso, ao direito à apropriação, à participação, o direito de estar presente, o direito de criar à cidade como se ela também fosse sua. Afinal, ela é.